



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A., sociedade por ações com sede na Rua Funchal, 160, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 62.258.884/0001-36, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada “Emissora”);

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DTVM, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Grupo 514, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “Agente Fiduciário”);

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Subordinada, da Camargo Corrêa Cimentos S.A. (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas nas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 23 de novembro de 2004 e 10 de janeiro de 2005 (“RCA”), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “Lei das Sociedades por Ações”).

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, nominativas, escriturais, em até duas séries (a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Oferta” e a “Instrução CVM 400”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas de RCA

As atas das RCA foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a "JUCESP") em 25 de novembro de 2004 e 12 de janeiro de 2005, sob os nºs 476.733/04-2 e 18.187/05-5, respectivamente, tendo sido publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 2 de dezembro de 2004 e 13 de janeiro de 2005.

2.2. Inscrição da Escritura

A presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, em até 10 (dez) dias da data de sua respectiva celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Oferta será registrada na CVM na forma da legislação e regulamentação aplicável.

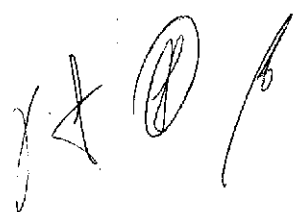
2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID") no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 (o "Código ANBID").

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA (a "ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (a "CETIP").

2.5.2. As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário (i) no Sistema Nacional de Debêntures - SND (o "SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP; e (ii) no Sistema de Negociação BOVESPAFIX (o "BOVESPAFIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (a "BOVESPA"), custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a "CBLC"), segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP e da CBLC, conforme o caso.





CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto: (i) exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional; (ii) industrialização e comércio de calcários, seus derivados e correlatos, em todas as modalidades, especialmente a do cimento; (iii) importação e exportação; (iv) participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista; (v) transporte de carga própria ou de terceiros, necessários ao desempenho de suas atividades; (vi) industrialização e comércio de insumos, aditivos e componentes do cimento, seus derivados e correlatos, bem como os demais produtos onde figure como matéria-prima, especialmente argamassas, concretos, artefatos e pré-moldados; (vii) prestação de serviços técnicos; (viii) produção e comercialização de energia elétrica; (ix) industrialização e comércio de pedra e areia; e (x) prestação de serviços de co-processamento de resíduos.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão, sujeito à elevação em virtude do exercício, pela Emissora, da faculdade prevista no item 3.7 abaixo.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão poderá ser realizada em até 2 (duas) séries, sendo até 30.000 (trinta mil) Debêntures da 1ª Série (as "Debêntures da 1ª Série") e até 30.000 (trinta mil) Debêntures da 2ª Série (as "Debêntures da 2ª Série"), observado o disposto nos itens 3.3 acima e 4.1.2. abaixo, e ressalvado o disposto no item 3.7. abaixo.

3.4.2. A remuneração de cada uma das séries, nos termos estabelecidos no item 4.2. abaixo, bem como o número de Debêntures de cada série, serão definidos de acordo com procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) a ser organizado pelo Banco Pactual S.A. e pelo Banco Bradesco S.A., na qualidade de Coordenadores da Oferta, para verificação, perante os investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros.

3.4.3. Ao final do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a quantidade de séries da Emissão, a remuneração e o número de Debêntures de cada uma das séries da Emissão, conforme o caso, e a presente Escritura será aditada para incluir as remunerações aplicáveis às Debêntures de cada série e a quantidade de Debêntures de cada série, conforme o caso.

3.5. - Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao financiamento da estratégia de crescimento e expansão da Emissora por meio de aquisições, *joint-ventures* e outras formas de associação nos mercados brasileiro e externo, destacadamente na América Latina, bem como para destinações corporativas diversas. Conforme necessário, a Emissora poderá ainda, destinar parte dos recursos para o pagamento do principal da dívida de US\$ 150 milhões, relativa às Notas emitidas pela Emissora no mercado internacional em 1997, com vencimento em julho de 2005.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, observados os termos e condições, inclusive no tocante à definição da Remuneração de cada uma das séries, definidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Melhores Esforços, a ser celebrado entre a Emissora, o Banco Pactual S.A. e Banco Bradesco S.A. (o “Contrato de Distribuição”).

3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização do Prospecto (conforme abaixo definidos) aos investidores.

3.6.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Oferta (o “Prazo de Colocação”).

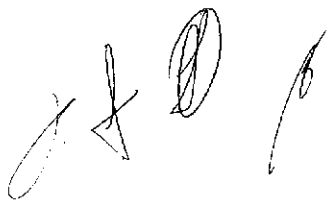
3.6.4. As Debêntures objeto desta Emissão que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no Prazo de Colocação deverão ser canceladas.

3.6.5 Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM 400 e conforme deliberação da RCA, a Oferta poderá ser concluída mediante distribuição parcial das Debêntures, sendo que as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas ao final do Prazo de Colocação serão canceladas pela Emissora.

3.6.5.1. A manutenção e conclusão da Oferta nos termos do item 3.6.5. acima está condicionada à subscrição e integralização de, no mínimo, R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) no âmbito da Oferta.

3.7. Aumento da Quantidade de Debêntures

A Emissora poderá aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente ofertada, sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM ou de modificação dos termos da Oferta.





3.8. Limite Legal

Nos termos do §4º do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, os limites estabelecidos em referido artigo não se aplicam às Debêntures.

CLAUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures, sujeito à alteração, em virtude do aumento da quantidade de Debêntures, por opção da Emissora, conforme estabelecido no item 3.7. acima.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão é realizada em até 2 (duas) séries.

4.1.4. Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de banco mandatário desta Emissão (o "Banco Mandatário e Escriturador"). Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures, quando depositadas no SND e, para as Debêntures depositadas na CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista emitido pela CBLC.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie subordinada.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures não são conversíveis em ações.

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de dezembro de 2004 (a "Data de Emissão").

4.1.9. Vencimento: As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 3 (três) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 1º de dezembro de 2007. As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 1º de dezembro de 2009. Por ocasião das respectivas datas de vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela, do principal das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração devida naquelas datas.

4.2. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série farão jus à seguinte remuneração (“Remuneração da 1ª Série” e “Remuneração da 2ª Série”, respectivamente):

4.2.1. Atualização

O Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série e das Debêntures da 2ª Série não será atualizado.

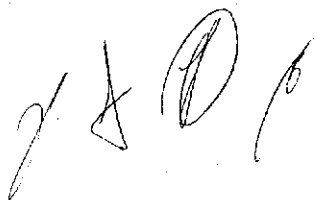
4.2.2. Juros Remuneratórios

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual entre 105% e 102%, a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, nos termos do item 3.4.2 acima, das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (as “Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.

4.2.2.2. Sobre o Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual entre 107% e 104%, a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, nos termos do item 3.4.2 acima, das Taxas DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.

4.2.2.3. A Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento do último Período de Capitalização da 1ª Série ou Período de Capitalização da 2ª Série, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula estabelecida no sub item 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.4. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 1ª Série serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro vencimento em 1º de junho de 2005 e o último em 1º de dezembro de 2007. Farão jus à Remuneração da 1ª Série os titulares das Debêntures da 1ª Série ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.





4.2.2.5. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização das Debêntures da 2ª Série serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro vencimento em 1º de junho de 2005 e o último em 1º de dezembro de 2009. Farão jus à Remuneração da 2ª Série os titulares das Debêntures da 2ª Série ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento.

4.2.2.6. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VN \times (\text{FatorJuros} - 1);$$

onde:

- J** valor da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série devida no fim de cada Período de Capitalização da 1ª Série ou da 2ª Série, conforme definidos nos itens 4.2.2.4 e 4.2.2.5 acima, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN** Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série no início do Período de Capitalização da 1ª Série ou da 2ª Série, com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros** produtório das Taxas DI Over da data de início do Período de Capitalização da 1ª Série ou da 2ª Série, inclusive, até a data de término do Período de Capitalização da 1ª Série ou da 2ª Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right);$$

onde:

- n** número total de Taxas DI Over, sendo “n” um número inteiro;
- p** percentual a ser definido em procedimento *bookbuilding*, para as Debêntures da 1ª Série e para as Debêntures da 2ª Série;
- TDI_k** Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI Over divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $\left(1 + (TDI_k \times \frac{p}{100}) \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + (TDI_k \times \frac{p}{100}) \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.2.2.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.2.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do evento, realizar Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.2.9. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro legal que vier a substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da substituição, realizar Assembléia Geral de Debenturistas para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.2.9.1. Caso não seja apontado substituto legal à Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, realizar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será





utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.2.10. Na Assembleia Geral de Debenturistas a que se referem os itens 4.2.2.8, 4.2.2.9 e 4.2.2.9.1 acima, titulares de Debêntures da 1ª Série ou de Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, representando pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, e a Emissora, decidirão ou ratificarão, conforme aplicável, o novo parâmetro de remuneração. Em não havendo acordo sobre o novo parâmetro, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série ou das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração da 1ª Série ou da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso. Neste caso, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o item 4.2. acima. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

4.3.2. Pagamento da Remuneração: Os valores relativos à Remuneração da 1ª Série e à Remuneração da 2ª Série deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano.

4.3.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC e/ou CETIP ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os Debenturistas que não estejam depositadas em custódia vinculada à BOVESPAFIX e/ou ao SND.

4.3.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.5. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V abaixo, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 1% (um por cento) e juros de mora de 2% (dois por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.3.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.3.7. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.3.8. Amortização Programada: As Debêntures não serão objeto de amortização programada.

4.4. **Direito de Preferência**

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.5. **Repactuação**

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.6. **Resgate Antecipado**

Observado o disposto no item 4.2.2.10 acima, as Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a resgate antecipado pela Emissora.

4.7. **Aquisição Facultativa**

A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures de qualquer uma das Séries em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures





objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.8. Liquidez e Estabilização

Não serão celebrados contratos de estabilização de preço ou de garantia de liquidez, tendo por objeto as Debêntures.

4.9. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na edição nacional do jornal "Valor Econômico", bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores - internet (www.caue.com.br), exceção feita ao Aviso ao Mercado, Anúncio de Início de Distribuição e Anúncio de Encerramento de Distribuição que serão publicados apenas na edição nacional do jornal "Valor Econômico".

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os itens 5.1.1, 5.1.1.1 e 5.1.2 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, mediante entrega à Emissora de simples comunicação por escrito, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Evento de Inadimplemento"):

- (a) pedido de concordata formulado pela Emissora, ou por quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência ou decretação de falência da Emissora, ou de quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (c) pedido de falência não elidido no prazo legal, da Emissora ou de quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

- (d) falta de pagamento, pela Emissora, do principal ou da Remuneração das Debêntures, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, nas respectivas datas de vencimento;
- (e) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas, decorrente de inadimplemento em obrigação pecuniária de valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (f) falta de pagamento, pela Emissora ou por quaisquer de suas controladas, diretas ou indiretas, na data de vencimento, de quantia igual ou superior, em valor individual ou total, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), relacionada a acordo ou contrato de que sejam partes como mutuárias ou garantidoras;
- (g) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora cujo montante total inadimplido, individual ou agregado, ultrapasse o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua ocorrência;
- (h) disposição de ativos da Emissora que afete de forma negativa e relevante sua capacidade de pagamento;
- (i) ocorrência de qualquer alteração societária que venha a resultar na exclusão de forma direta ou indireta da Camargo Corrêa S.A. do controle acionário da Emissora;
- (j) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, que afete de forma negativa e relevante sua capacidade de pagamento, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (l) descumprimento do índice financeiro descrito no item 6.2 abaixo, salvo se o referido índice for recomposto por meio do aumento do capital da Emissora, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da verificação do descumprimento;



(m) prática, pela Emissora, de quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social e a Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante os Debenturistas; ou

(n) demais casos previstos em leis

5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) até (d) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.1.1.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (e) até (n) supra, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, os quais deverão ser informados pela Emissora, nos termos das alíneas (f) e (g) do sub item 6.1.1. da Cláusula VI infra, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula VIII abaixo e o quorum específico estabelecido no item 5.1.2. abaixo.

5.1.2. A Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.1.1.1. anterior somente poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação.

5.1.3. Não se realizando a Assembléia Geral de Debenturistas conforme disposto no item 5.1.2. supra, não havendo (i) sua convocação, (ii) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização ou (iii) quorum, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos.

5.1.4. Para fins dos itens (a) e (b) da Cláusula 5.1. acima, será considerado como pedido de concordata preventiva ou decretação de falência qualquer procedimento extra-judicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação sobre falências e concordatas.

CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhada do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (d) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (e) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002 (a "Instrução 358/02"), a divulgação de tal evento, ato ou fato ao Agente Fiduciário deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução 358/02, observado o prazo máximo aqui previsto; e



(h) no mesmo dia de sua publicação, o respectivo Edital de Convocação de qualquer Assembleia Geral, e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais.

6.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras atuais.

6.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenha acesso irrestrito, em base razoável (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.1.4. Convocar, nos termos do item 8.1. desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça.

6.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

6.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

6.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

6.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

6.1.10. Notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento.

6.1.11. Manter os bens necessários para condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes da indústria de cimento.

6.1.12. Tomar todas as medidas necessárias para:

- (i) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
- (ii) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;
- (iii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial;
- (iv) estender as medidas elencadas nos itens "i" a "iii" acima para as sociedades sob seu controle.

6.1.13. Informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete diretamente ou indiretamente as informações prestadas no Prospecto.

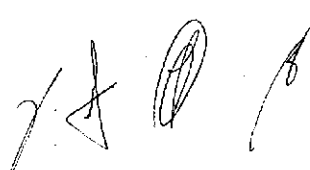
6.1.14. Informar à CETIP e/ou à CBLIC, conforme o caso, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures.

6.1.15. Manter contratada agência classificadora de risco para atualização, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento destas.

6.1.16. Encaminhar, imediatamente, à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido no item 6.1.15 acima.

6.1.17. Manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.18. Cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.





6.2. Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente liquidado, a Emissora obriga-se a manter o índice financeiro correspondente à divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA Consolidado, conforme definido abaixo, inferior ou igual a 3,0 (três).

6.2.1. Para os efeitos do disposto acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida Líquida Consolidada” significa a soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, avais e garantias prestadas, menos o saldo em caixa, saldo de aplicações e receitas financeiras e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

“EBITDA Consolidado” significa o lucro operacional antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização da Emissora e suas controladas e coligadas consolidadas.

6.2.2. A manutenção do índice financeiro será verificada semestralmente, na divulgação das informações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, com relação ao período correspondente aos 2 (dois) últimos semestres.

6.3. Adicionalmente, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente liquidado, a Emissora se compromete a não constituir qualquer Garantia Real, exceto Garantias Reais Permitidas, sobre qualquer de seus Ativos, em garantia de qualquer Dívida, sem que a referida Garantia Real seja estendida aos titulares das Debêntures.

6.3.1. Para os efeitos do disposto acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Ativos” significam quaisquer bens, direitos e/ou receitas, presentes ou futuros de propriedade da Emissora;

“Dívida” significa qualquer obrigação pecuniária decorrente de empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos ou valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional; e

“Garantia Real” significa qualquer hipoteca, penhor, caução, alienação fiduciária, garantia fluante ou qualquer outro ônus ou gravame de natureza real.

“Garantia Real Permitida” significa qualquer Garantia Real constituída:

- (i) anteriormente à data de celebração da presente Escritura;
- (ii) sobre os bens utilizados na integralização do aumento de capital da Emissora, ocorrido em 13 de agosto de 2004, contanto que os mesmos não sejam utilizados para garantir emissões públicas de títulos ou valores mobiliários;

- (iii) em relação a qualquer Dívida contraída, ou que venha a ser contraída pela Emissora junto a órgão ou banco de desenvolvimento pertencente ao poder executivo brasileiro, direta ou indiretamente (incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e empresas integrantes do sistema BNDES) ou a qualquer agência ou banco de desenvolvimento multilateral ou de governo estrangeiro (incluindo o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a International Finance Corporation - IFC); ou
- (iv) sobre máquinas e equipamentos, em garantia de financiamentos utilizados na aquisição dos referidos bens.

CLÁUSULA VII

AGENTE FIDUCIÁRIO

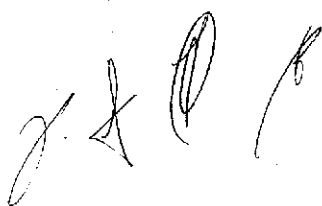
7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, Pentágono S.A. DTVM, acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

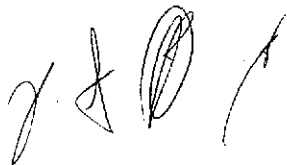
- (a) Parcelas trimestrais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), devida a primeira no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais no mesmo dia dos trimestres subsequente;
- (b) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) A remuneração prevista no item anterior será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;



- (d) As parcelas referentes ao item "a" serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida no item "a", até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;
- (e) A remuneração não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.
- (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % ao mês e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.



7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na Junta Comercial de São Paulo.

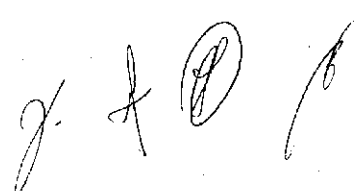
7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;





- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos ~~atinentes~~, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.9 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembléia;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea 'b' do parágrafo 1º do artigo 68º da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação de prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
 - (m.9) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - (m.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no seu escritório, localizado na Av. das Américas, no 4.200, Bloco 04, Grupo 514, Rio de Janeiro - RJ;
 - (n.3) na CVM;
 - (n.4) na BOVESPA FIX e no SND; e



- (n.5) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária, a CBL/C ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à BOVESPA;
- (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta; e
- (t) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora; e
- (e) se aplicável, executar garantias aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se extingue a responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" e "c" acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 60% (sessenta por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" acima.

7.6. Despesas

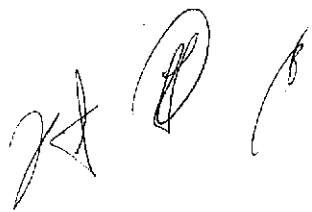
7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;





- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, observado que (i) alterações na Remuneração e/ou garantias e/ou Prazos de Vencimento, Repactuação ou Amortização das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura; e (ii) a aprovação prévia a que se refere o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.4.2. Sem prejuízo dos quoruns previstos no item 8.4.1 acima, na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias corridos consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, o quorum necessário para definir ou ratificar, conforme o caso, a nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação.



CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (c) que as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;

- (d) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (e) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (ou suas controladoras ou suas controladas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou suas controladas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas nas Cláusulas V e VI acima;
- (h) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta (em conjunto doravante denominados "Prospecto") conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora e suas controladas, diretas ou indiretas, no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora e suas controladas, diretas ou indiretas, necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, completas, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível.
- (i) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;



- (j) que não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas, diretas ou indiretas e coligadas, ou às Debêntures cuja omissão, no contexto desta Oferta, faça com que alguma declaração do Prospecto seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica, sendo que, com relação exclusivamente às coligadas, esta declaração limita-se aos fatos que sejam de conhecimento da Emissora em decorrência da sua condição de acionista minoritária dessas coligadas;
- (k) as demonstrações financeiras da Emissora, constantes dos Prospectos, representam corretamente a posição financeira da Emissora e de suas controladas, diretas ou indiretas, nas datas de sua elaboração e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (l) exceto pelas informadas no Prospecto, não há, nesta data, nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas, diretas ou indiretas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades; e
- (m) exceto pelo registro da presente Oferta na CVM, obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures.

9.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e os Coordenadores desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelos Coordenadores da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, insuficiência, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora

prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos qu, conprdância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de: quaisquer, outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Correção de Valores



Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula IV, a qual será regida por seus termos específicos.

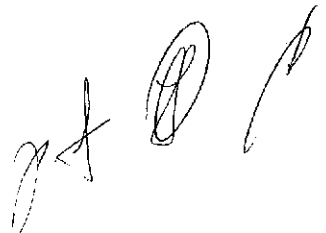
10.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Comunicações

10.4.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

<u>Para Emissora</u>	Camargo Corrêa Cimentos S.A. Rua Funchal, 160, 10º andar 04551-903 – São Paulo, SP At. Carlos Roberto Ogeda Rodrigues Telefone: (11) 3848-7816 Fac-símile: (11) 3845-5198 E-mail: dri.caue@camargocorrea.com.br
<u>Para o Agente Fiduciário</u>	Pentágono S.A. DTVM Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Grupo 514 CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ At. Mauricio da Costa Ribeiro Departamento: Serviços Fiduciários Telefone: (21) 3385-4565 Fac-símile: (21) 3385-4046 E-mail: pentagono@pentagonotrustee.com.br
<u>Para o Banco Mandatário e Escriturador</u>	Banco Bradesco S.A. Av. Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar – Cidade de Deus 06029-900 - Osasco, SP At. Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli Departamento: Ações e Custódia Telefone: (11) 3684-4522 Fac-símile: (11) 3684-5645 E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br





Administradora do
sistema de
negociação

ANDIMA

Av. República do Chile, 230, 13º andar
CEP: 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ
At. Bianca G. Paschoal
Departamento: Gerência Operacional
Telefone: (21) 3814-3814
Fac-símile: (21) 3814-3872
E-mail: bianca@andima.com.br

BOVESPA

Rua XV de Novembro, 275
CEP: 01013-001 São Paulo SP
At. Nelson Barroso Ortega
Telefone: (11) 3233-2222
Fac-símile: (11) 3233-2061
E-mail: grt@bovespa.com.br

Câmara de
Liquidação

CBLC

Rua XV de Novembro, nº 275
CEP: 01013-001 - São Paulo - SP
At. Sr. Luiz Felipe Paiva
Departamento: Supervisão de
Processos de Custódia
Telefone: (11) 3233-2193/2317
Fac-símile: (11) 3233-2059
E-mail: lpaiva@cblc.com.br
mfonseca@cblc.com.br
lsouza@cblc.com.br

CETIP

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-000, São Paulo - SP
At. Sr. Fábio Benites
Departamento: Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1664
E-mail: fbenites@cetip.com.br

10.4.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.4.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.6. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 13 de janeiro de 2005.

CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A.

Nome: Juliano de Oliveira
Cargo: Diretor Superintendente

Nome: Carlos R. Ogeda Rodrigues
Cargo: Diretor Financeiro e Administrativo e de Relações com Investidores

PENTAGONO S.A. DTVM

Nome: LIVIA DOS SANTOS ARBEX
Cargo: PROCURADORA

Nome: Marco Aurélio Machado Ferreira
Cargo: Procurador

Testemunhas:

Nome: Rubia CARVALHO NEVES
RG: 44.215.009-X
CPF: 325.393.598-17

Nome: Elaine Cristina Soares de Sá
RG: RG 24.357.140-9 - SSP/SP
CPF: CPF 142.694.848-45

